



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS/SETOR DE CONCURSOS

27º CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO – 2ª ETAPA

GRUPO I - PROVA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Esta prova compõe-se de duas partes. A primeira parte constitui-se de uma dissertação, no valor de 40 pontos; a segunda parte integra-se de quatro questões, com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão (a) de seus fundamentos jurídicos e fáticos; (b) do uso correto e adequado da língua portuguesa e da linguagem jurídica; (c) da clareza e da objetividade na exposição das idéias; (d) da apresentação formal e da legibilidade do texto.

PRIMEIRA PARTE – (40 pontos)

QUESTÃO 1

Redija uma dissertação a respeito das PRISÕES CAUTELARES NO PROCESSO PENAL, abordando os seguintes aspectos, que deverão ser destacados no corpo do texto:

- a) Cautelaridade e presunção de não-culpabilidade (possível convivência);
- b) Princípio da proporcionalidade, em seus três subprincípios ou “máximas parciais”;
- c) Verificação concreta do *periculum libertatis*;
- d) Observância pelo Ministério Público do critério de objetividade na análise da necessidade de cautela pessoal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS/SETOR DE CONCURSOS

27º CONCURSO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA ADJUNTO – 2ª ETAPA

GRUPO I - PROVA DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Esta prova compõe-se de duas partes. A primeira parte constitui-se de uma dissertação, no valor de 40 pontos; a segunda parte integra-se de quatro questões, com as respectivas pontuações. As respostas serão avaliadas em razão (a) de seus fundamentos jurídicos e fáticos; (b) do uso correto e adequado da língua portuguesa e da linguagem jurídica; (c) da clareza e da objetividade na exposição das idéias; (d) da apresentação formal e da legibilidade do texto.

SEGUNDA PARTE - (60 pontos)

QUESTÃO 2 - (10 pontos)

Diferencie o concurso real do concurso aparente de normas penais. Informe, em relação ao concurso real, as espécies e subespécies disciplinadas na legislação penal brasileira, indicando, quando cabível, o critério informador de cada uma delas. Acerca do concurso aparente de normas, arrole os seus requisitos e explique os critérios disponíveis para a eleição da norma aplicável.

QUESTÃO 3 - (10 pontos)

Defina e diferencie o erro sobre os elementos constitutivos do tipo penal, o erro sobre os pressupostos fáticos das causas de justificação e o erro de proibição. Informe as respectivas espécies e diga, em cada caso, qual o elemento viciado pelo erro e quais as conseqüências, teóricas e legais, tendo por parâmetro a legislação penal pátria, do reconhecimento de cada uma delas.

QUESTÃO 4 - (20 pontos)

Examine o caso hipotético, respondendo aos quesitos abaixo estabelecidos:

No segundo andar de uma faculdade de Direito de Brasília, “A” senta-se sobre uma sacada que se volta para o pátio interno, situado cinco metros abaixo, voltando suas costas para o corredor de passagem. Sua colega “B”, com o intuito de dar-lhe um susto, aproxima-se cautelosamente por trás. Ao se acercar da amiga, “B” é picada no nariz por uma abelha, levantando os braços instintivamente e esbarrando em “A”. Esta cai no pátio interior, atingindo “C” que, ali passando, fica gravemente ferido. Os ferimentos de “A” são superficiais, já que sua queda foi amortecida por “C”.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS/SETOR DE CONCURSOS

“C” é socorrido por uma ambulância que se dirige ao hospital, numa via de trânsito cuja velocidade máxima foi estabelecida em 60 Km/h. O motorista, embora sabedor da deficiência do sistema de freios do veículo, acelera a 120 km/h, instado pelo paramédico preocupado com o grave estado de saúde do paciente transportado. Ao dobrar uma curva o condutor percebe a travessia de um pedestre, procurando sucessivamente, sem sucesso, frear e desviar. O passante é atingido e morre instantaneamente. Assustados, motorista e enfermeiro fogem a pé, ainda que a ambulância tivesse restado praticamente intacta. “C” morre por falta de atendimento médico em tempo hábil.

- a) Aprecie a responsabilidade penal de “A” e “B” (5 pontos);
- b) Analise o comportamento do motorista e do paramédico em relação aos dois óbitos, esclarecendo acerca da tipicidade – inclusive eventual concurso de pessoas –, antijuridicidade penal e culpabilidade (15 pontos).

QUESTÃO 5 - (20 pontos)

Leia atentamente o problema, respondendo às questões que se seguem:

A 3ª Delegacia de Polícia Civil do DF – Guará/DF instaurou inquérito policial para apurar as circunstâncias em que, mediante a apresentação de documentos falsos, foi aberta conta bancária da qual se descontaram diversos cheques emitidos em Planaltina/DF, proporcionando prejuízo à instituição bancária, no limite do crédito concedido, e a comerciantes desta localidade.

Na investigação criminal apurou-se que, em data incerta no mês de março de 2002, na cidade satélite de Ceilândia/DF, o adolescente “A” e seu primo “B”, de dezenove anos de idade, adquiriram uma carteira de identidade e um cartão de C.P.F. cujos dados verdadeiros foram substituídos por outros, imaginários. Na cédula de identidade apôs-se a fotografia de “B”. Na mesma oportunidade “B” falsificou um contracheque, atribuindo-se a percepção de salário mensal de R\$ 3.000,00.

Verificou-se ainda que, no dia 12 de abril daquele ano, “B” dirigiu-se à agência do Banco do Brasil no Guará/DF e, apresentando os referidos documentos, preencheu as fichas cadastrais que lhe foram apresentadas. Três dias depois, recebeu um talão de cheques com dez cédulas.

No dia 18 de abril do mesmo ano de 2002, sentados em um bar em Planaltina/DF, “A” e “B”, sem coragem para iniciar a seqüência de crimes, tentam convencer um conhecido, “C”, de vinte anos, a utilizar alguns dos cheques para lhes adquirir telefones celulares, introduzindo, sem que este percebesse, pequena quantidade de cocaína no seu refrigerante, suficiente para lhe retirar a plena autodeterminação. Após a ingestão da mistura, “C” assina um dos cheques e, ato contínuo, entrega-o, pré-datado para trinta dias, como pagamento de dois aparelhos celulares. Os telefones são entregues a “A” e “B”. No interregno entre a compra e o desconto do referido cheque, havido na data combinada, “A” e “B” utilizam as demais cédulas, esgotando o limite de crédito conferido pelo Banco do Brasil. Por tal motivo, a cédula utilizada para a aquisição dos telefones tem o pagamento frustrado por insuficiente provisão de fundos em poder da instituição sacada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS/SETOR DE CONCURSOS

Em face de tais fatos, o Promotor de Justiça a quem inicialmente foi distribuído o inquérito policial, dentre outras providências, ofereceu denúncia em 10 de março de 2003. A peça acusatória foi recebida em 14 daquele mês e ano, processando-se o feito com prolação e publicação, em 17 de setembro de 2003, de sentença condenatória de "C". Em consequência, aplicaram-se penas, ligeiramente agravadas por força do reconhecimento da sua reincidência, de reclusão por um ano e seis meses e quinze dias-multa, no valor unitário mínimo. O processo foi suspenso em relação à "B" (art. 366, CPP).

As partes apelaram, buscando o Ministério Público o aumento das penas e a defesa, alternativamente, a absolvição ou a redução da sanção. A apelação foi provida em parte para fins de redução da pena a oito meses de reclusão e dez dias-multa. O acórdão, publicado em 1º de novembro de 2004, transitou em julgado.

- a) Informe o(s) juízo(s) competente(s) para apreciar e julgar o fato (5 pontos).
- b) Examine a responsabilidade penal de "B" e "C". Tipifique as suas condutas (10 pontos).
- c) Analise a extinção da punibilidade do fato em relação à "C" (5 pontos).